

Nome	Carreira	Categoria	Serviço de origem	Observações
João José Dias Fráguas	Medidor orçamentista	Medidor orçamentista de 1.ª classe.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
João Marques Patrício	Engenheiro civil	Engenheiro civil de 1.ª classe.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Jorge Lopes da Costa	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas.	Engenheiro técnico de electricidade e máquinas de 1.ª	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Jorge Manuel Vilar de Moura.	Engenheiro técnico	Engenheiro técnico de 2.ª classe.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
José António Coelho dos Reis Torgal.	Engenheiro civil	Engenheiro civil principal	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
José Joaquim Lopes de Sales Grade.	Engenheiro mecânico	Engenheiro mecânico-chefe.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
José Manuel Pinto de Carvalho.	Engenheiro mecânico	Engenheiro mecânico principal.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
José Pompeu de Proença	Engenheiro electro-técnico.	Engenheiro electrotécnico de 2.ª classe.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Manuel Alexandre de Oliveira Silva Fernandes.	Arquitecto	Arquitecto de 2.ª classe	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Manuel dos Santos Quarasma.	Fiscal de obras públicas.	Fiscal de obras públicas principal.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Maria Teresa Costa de Almeida Coelho.	Oficial administrativo	Terceiro-oficial	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Maria Teresa de Castro e Costa.	Economista	Economista de 2.ª classe	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença ilimitada.
Luís Filipe Peixoto de Carvalho Homem.	Engenheiro mecânico	Assessor	Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde — DRIES do Centro.	Licença sem vencimento de longa duração.
Manuel Luís Mendes Miranda.	Fiscal de obras públicas.	Fiscal de obras públicas	Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde — DRIES de Lisboa e Vale do Tejo.	Licença sem vencimento de longa duração.
Maria do Céu Mesquita Ferreira Baptista.	Telefonista	Telefonista	Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde — DRIES de Lisboa e Vale do Tejo.	Licença sem vencimento de longa duração.
Maria Luísa Bairrão Oliveira Falcão de Carvalho Ramos Ferreira.	Técnico-profissional	Técnico profissional principal.	Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde — Serviços Centrais.	Licença sem vencimento de longa duração.
Carlos Manuel Pereira Coutinho Jalles.	Economista	Economista de 2.ª classe	Direcção-Geral das Instalações e Equipamentos da Saúde — Serviços Centrais.	Licença sem vencimento de longa duração.
Joaquim Manuel Damásio Capoulas.	Engenheiro mecânico	Técnico superior de 1.ª classe.	Ex-Direcção-Geral das Construções Hospitalares.	Licença sem vencimento de longa duração.

MINISTÉRIO DA DEFESA NACIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 20 626/2005 (2.ª série). — Considerando o disposto no n.º 10 do despacho conjunto n.º 341/99, de 8 de Abril, na redacção que lhe foi dada pelo despacho conjunto n.º 169/2003, de 3 de Fevereiro, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 42, de 19 de Fevereiro de 2003, e ao abrigo do disposto no n.º 3 do artigo 2.º do regulamento interno da Comissão Permanente de Contrapartidas, aprovado pelo despacho conjunto n.º 325/2002, de 27 de Março, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 94, de 22 de Abril de 2002, determino o seguinte:

1 — Nomeio para desempenhar as funções de vogal efectivo, enquanto representante da Força Aérea na Comissão Permanente de Contrapartidas, o tenente-general Fernando Nélon Rodrigues Rocha.

2 — O tenente-general Fernando Nélon Rodrigues Rocha substitui nestas funções o general Aurélio Benito Aleixo Corbal por este ter sido nomeado para outras funções.

3 — O presente despacho produz efeitos na data da sua assinatura.

1 de Julho de 2005. — O Ministro da Defesa Nacional, *Luís Filipe Marques Amado*.

Secretaria-Geral

Aviso n.º 8437/2005 (2.ª série). — *Concurso n.º 6/2005 — concurso interno de acesso geral para o preenchimento de um lugar de assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.* — 1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, faz-se público que, por despacho de 9 de Setembro de 2005 do secretário-geral do Ministério da Defesa Nacional, se encontra aberto, pelo prazo de 10 dias úteis contado a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, concurso interno de acesso geral para preenchimento de um lugar de assessor da carreira técnica superior do quadro de pessoal da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, constante do anexo 1 à Portaria n.º 1256/95, de 24 de Outubro.

2 — Prazo de validade — o presente concurso visa o provimento do lugar mencionado, esgotando-se com o respectivo preenchimento.

3 — Local de trabalho — Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, em Lisboa.

4 — Conteúdo e área funcional — ao lugar a preencher correspondem funções consultivas de natureza científico-técnica, exigindo um elevado grau de qualificação, responsabilidade, iniciativa e autonomia, bem como o domínio total da área de especialização, tendo em vista a preparação da tomada de decisão nas áreas do aperfeiçoamento organizacional e da modernização e racionalização administrativa.

5 — Requisitos gerais e especiais de admissão — poderão candidatar-se os funcionários que, até ao termo do prazo fixado para a apresentação de candidaturas:

- Satisfaçam as condições do artigo 29.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- Sejam técnicos superiores principais com, pelo menos, três anos de serviço classificados de *Muito bom* ou cinco anos classificados de *Bom*, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro; e
- Possuam licenciatura em Relações Internacionais.

6 — Método de selecção — concurso de provas públicas, que consistirá na apreciação e discussão dos currículos profissionais dos candidatos.

6.1 — O local, a data e a hora de realização da discussão do currículo profissional serão divulgados nos termos do n.º 1 do artigo 35.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho.

6.2 — A classificação final será expressa na escala de 0 a 20 valores e resultará da classificação obtida no método de selecção referido, considerando-se não aprovados os candidatos que obtenham classificação inferior a 9,5 valores.

6.3 — Os critérios de avaliação e ponderação da apreciação e discussão do currículo profissional, bem como o sistema de classificação final, incluindo a respectiva fórmula classificativa, constam de acta de reunião do júri do concurso, sendo a mesma facultada aos candidatos sempre que solicitada.

7 — Formalização das candidaturas — as candidaturas deverão ser formalizadas mediante requerimento dirigido ao presidente do júri do concurso, podendo ser entregues pessoalmente na Secção de Expediente e Arquivo da Secretaria-Geral, sita na Avenida da Ilha da Madeira, 1, 3.º, 1400-204 Lisboa, ou remetidas pelo correio, com aviso de recepção, considerando-se entregues dentro do prazo os documentos expedidos pelos CTT até ao limite do prazo fixado.

8 — Os requerimentos de admissão ao concurso deverão conter os seguintes elementos:

- a) Identificação (nome, estado civil, número e data do bilhete de identidade, residência, código postal e telefone);
- b) Menção expressa da natureza do vínculo, do quadro de pessoal a que pertence e da categoria que detém;
- c) Referência ao concurso a que se candidata;
- d) Declaração, sob compromisso de honra, de que reúne os requisitos gerais de provimento em funções públicas, nos termos do preceituado no n.º 2 do artigo 31.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho;
- e) Data e assinatura.

9 — Documentos a juntar ao requerimento:

- a) Currículo profissional detalhado, datado e assinado, do qual devem constar, designadamente, a especificação pormenorizada das funções, tarefas e responsabilidades que lhe estão e estiveram cometidas, com a indicação dos respectivos períodos de permanência, bem como a formação profissional detida (cursos, estágios, especializações e seminários, indicando a respectiva duração, as datas de realização e as entidades promotoras);
- b) Fotocópia do certificado das habilitações literárias;
- c) Fotocópias dos certificados das acções de formação profissional;
- d) Declaração, emitida pelo serviço de origem a que pertence, que comprova, de maneira inequívoca, a categoria de que o candidato é titular, a existência e a natureza do vínculo, a antiguidade na categoria, na carreira e na função pública (reportadas ao último dia do prazo estabelecido para a apresentação das candidaturas), bem como as classificações de serviço nos anos relevantes para efeitos de concurso;
- e) Requerimento dirigido ao júri do concurso, a efectuar apenas pelos candidatos que não tenham sido objecto de avaliação de desempenho no(s) ano(s) relevante(s) para o concurso, solicitando, ao abrigo do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 19-A/2004, de 14 de Maio, suprimento da avaliação de desempenho relativamente ao(s) período(s) em falta, através de ponderação curricular, nos termos do artigo 19.º do mesmo diploma.

10 — Aos candidatos da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional é dispensada a apresentação dos documentos comprovativos que se encontrem arquivados no respectivo processo individual, cabendo à Secção de Pessoal a sua remessa oficiosa ao júri do concurso.

11 — A não apresentação dos documentos comprovativos dos requisitos especiais de admissão determina a exclusão do concurso.

12 — A relação de candidatos admitidos e a lista de classificação final serão afixadas na Repartição de Administração Geral da Secretaria-Geral do Ministério da Defesa Nacional.

13 — Composição do júri:

Presidente — Maria Teresa Pinto de Almeida Chaves Almeida, directora de serviços.

Vogais efectivos:

Teresa Maria dos Santos Silva Martins, assessora principal, que substituirá a presidente nas suas faltas e impedimentos.

Nelza Maria Mestre Laginha, assessora principal.

Vogais suplentes:

Isabel Maria Caré Baptista Viegas, assessora principal;
Maria Teresa Rebelo de Almeida Teixeira, assessora principal.

14 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando escrupulosamente no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação (despacho conjunto n.º 373/2000, publicado no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 77, de 31 de Março de 2000).

9 de Setembro de 2005. — O Secretário-Geral, *Bernardo Carnall*.

MARINHA

Arsenal do Alfeite

Aviso n.º 8438/2005 (2.ª série). — Por despacho do almirante Chefe do Estado-Maior da Armada de 12 de Setembro de 2005, é nomeado o CMG ECN Francisco de Figueiredo e Silva Cunha Salvado para o cargo de director, em comissão de serviço, em lugar além do quadro do pessoal do Arsenal do Alfeite, com efeitos a partir de 6 de Setembro de 2005, nos termos do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 523/80, de 5 de Novembro, e da Portaria n.º 1227/91, de 31 de Dezembro, nomeadamente do seu n.º 2.º. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

15 de Setembro de 2005. — O Administrador, *Victor M. Gonçalves de Brito*.

Superintendência dos Serviços do Pessoal

Direcção do Serviço de Pessoal

Repartição de Sargentos e Praças

Despacho n.º 20 627/2005 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de músicos, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o seguinte militar:

600582, primeiro-sargento B Manuel Pedro Vieira Rocha dos Santos.

Promovido a contar de 31 de Agosto de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da passagem á situação de reserva do 278278, sargento-ajudante B Bernardino António Mendes Sousa.

Fica colocado na escala de antiguidade à esquerda do 600584, sargento-ajudante B José Manuel Tavares Calheiros.

6 de Setembro de 2005. — O Chefe da Repartição, *Leonel Esteves Fernandes*, capitão-de-mar-e-guerra.

Despacho n.º 20 628/2005 (2.ª série). — Por subdelegação do vice-almirante superintendente dos Serviços do Pessoal, promovo, por antiguidade, ao posto de sargento-ajudante da classe de electrotécnicos, ao abrigo da alínea *c*) do artigo 262.º do Estatuto dos Militares das Forças Armadas (Decreto-Lei n.º 197-A/2003, de 30 de Agosto), ficando no quadro, o seguinte militar:

501985, primeiro-sargento ETC Nuno Jorge Marques Simões.

Promovido a contar de 31 de Julho de 2005, data a partir da qual conta a respectiva antiguidade e lhe são devidos os vencimentos do novo posto, de acordo com a alínea *b*) do n.º 1 do artigo 175.º e para efeitos do n.º 2 do artigo 68.º, ambos do mesmo Estatuto, preenchendo a vaga ocorrida nesta data resultante da passagem á situação de reserva do 10273, sargento-ajudante ETC Hélder Manuel Caleiro Mendes.